



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialidade de Direito Penal
(2.º Ciclo)

Unidade curricular

Medida da Pena e Direito de Execução da Pena

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes – 2 horas
Vânia Esteves Costa Henriques Ramos – 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O presente curso pretende proporcionar a compreensão da matéria da determinação da medida da pena e a sua relação com os fins das penas e demais princípios constitucionais relevantes na matéria, com particular foco na pena de prisão, incluindo em casos de concurso de crimes. Pretende ainda proporcionar uma introdução ao direito da execução das penas, em particular os princípios constitucionais com relevância na execução da pena e o direito substantivo e processual da execução da pena de prisão, com uma análise em particular da jurisprudência sobre a flexibilização da pena (liberdade condicional) e a sua relação com os fins das penas e da execução das penas. Serão ainda abordados os instrumentos internacionais e europeus relevantes na matéria, bem como a jurisprudência do TEDH e TJUE, e os mecanismos de garantia e controlo.

Conteúdos programáticos

A – MEDIDA DA PENA

- 1. Princípios constitucionais com relevância para a natureza, espécie e determinação da medida da pena.**
- 2. Modelos de determinação da medida da pena**
 - 2.1. Modelo português
 - 2.2. Outros modelos
- 3. Relação dos critérios de determinação da espécie e da medida da pena com os fins das penas**
- 4. Determinação da medida da pena**
 - 4.1. Critérios de determinação da medida da pena
 - 4.2. Circunstâncias agravantes e atenuantes modificativas
- 5. Determinação da natureza e espécie da pena**
 - 5.1. Penas privativas e não privativas da liberdade
 - 5.2. Critérios de aplicação de penas substitutivas
- 6. Desconto**
- 7. Determinação da medida da pena na jurisprudência dos tribunais portugueses**
 - 7.1. Crimes contra a vida
 - 7.2. Crimes contra o património
 - 7.3. Crimes de tráfico de estupefacientes
 - 7.4. Criminalidade económico-financeira
- 8. Determinação da medida da pena do concurso de crimes**
 - 8.1. Modelos de determinação da pena do concurso de crimes
 - 8.1.1. Modelo português
 - 8.1.2. Outros modelos
 - 8.2. Determinação da pena do concurso de crimes na jurisprudência dos tribunais portugueses



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

8.3. Determinação da pena no concurso superveniente na jurisprudência dos tribunais portugueses

B – DIREITO DA EXECUÇÃO DAS PENAS

1. Execução de penas substitutivas e sua revogação na jurisprudência dos tribunais portugueses

2. Direito de execução da pena de prisão

2.1. Princípios constitucionais com relevância para a execução da pena de prisão

2.2. Estatuto jurídico do recluso

2.3. Finalidades da execução da pena e princípio da individualização da execução da pena vs. princípio da execução progressiva

2.3. Regimes de execução (aberto, comum e de segurança)

2.4. Institutos de flexibilização da pena de prisão: liberdade condicional, antecipação da liberdade condicional, licenças, execução em regime de permanência na habitação

2.4.1. Liberdade condicional na jurisprudência dos tribunais portugueses

2.5. Tutela jurisdicional na execução de penas (reserva de juiz, em especial a liberdade condicional, e modificação da execução da pena; função de garantia na impugnação de decisões da administração penitenciária

2.6. Processo especial de indulto

3. Direito internacional com relevância para a execução de penas

3.1. Instrumentos internacionais e europeus com relevância para a execução de penas

3.2. Jurisprudência europeia

3.2.1. Tribunal Europeu de Direitos Humanos

3.2.2. Tribunal de Justiça da União Europeia

3.3. Mecanismos não judiciais de garantia e controlo

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos selecionados permitem aos discentes a compreensão e o estudo das matérias da determinação da medida da pena, na sua relação com os fins das penas e demais princípios constitucionais relevantes, com particular foco na pena de prisão. A análise crítica da jurisprudência dos tribunais portugueses nesta matéria permite um particular aprofundamento da matéria, numa perspectiva de *law in action*. Em matéria de execução de penas, os conteúdos programáticos são adequados a uma compreensão global dos fins da execução da pena e do direito substantivo e processual da execução da pena de prisão, bem como dos instrumentos internacionais relevantes na matéria. A análise da jurisprudência nacional sobre a flexibilização da pena (liberdade condicional) e da jurisprudência europeia com relevância neste domínio pretende igualmente dar uma visão da matéria a partir de uma perspectiva de *law in action*.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O Regulamento de Avaliação dos Cursos de Mestrado em Direito da FDUL impõe o cumprimento de um programa da cadeira.

As aulas são teórico-práticas.

É sempre realizada a chamada no início de cada aula prática e são registadas as ausências, vulgo “faltas”. A assiduidade não constitui um elemento autónomo de avaliação, mas as faltas constituem um fator de exclusão da avaliação contínua. É permitida a entrada de alunos no decurso da aula, embora com expressa advertência de que tal deve ser evitado.

A participação oral dos alunos é fomentada através de agendamento e indicação prévia de doutrina e jurisprudência a analisar que todos conhecem com antecipação. Também é fomentada a participação espontânea.

É sugerida a realização de um relatório escrito, com o máximo de 10 páginas de texto (tipo de letra Times New Roman, corpo 12 em texto e 10 em nota de rodapé, espaçamento 1,5), com comentário a jurisprudência relevante: i) descrição sumária do caso; ii) análise crítica.

Finalmente, é realizado um exame escrito.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As aulas teórico-práticas garantem a necessária interação com os alunos e a discussão aprofundada dos tópicos do programa da cadeira.

Bibliografia principal



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- ABREU, Carlos Pinto de, “As reformas do sistema de execução de penas e do sistema prisional e o papel do advogado»: finalmente a dignidade que se impõe?”, *Direito e Justiça* Vol. Esp. (2004) pp. 285-299;
- ABREU, Carlos Pinto de, “Execução de penas e medidas com vigilância electrónica. Em especial: o regime de permanência na habitação previsto no artigo 44.º do Código Penal”, *ROA*, 2011, Lisboa, pp. 49-70;
- AGRA, Cândido da (coord.) / QUINTAS, Jorge / SOUSA, Pedro/ LEITE, André Lamas, *Homicídios conjugais: estudo avaliativo das decisões judiciais*, Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2015;
- AMARAL, Maria Lúcia, “Meios não jurisdicionais, internacionais e nacionais, de proteção dos direitos do recluso”, in: Carla Amado Gomes e Ana Fernanda Neves (coord.), *Direitos do Homem e sistema penitenciário: Atas da Conferência*, Lisboa: AAFDL 2019, pp. 15-22;
- ALBUQUERQUE, Paulo Sérgio Pinto de, *Comentário do Código Penal à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.ª Ed., Lisboa: UCP, 2021;
- ALBUQUERQUE, Paulo Sérgio Pinto de, *Direito Prisional Português e Europeu*, Coimbra: Coimbra Editora, 2006;
- ANTUNES, Maria João, *Penas e Medidas de Segurança*, 2.ª Ed., Coimbra: Almedina, 2022;
- ANTUNES, Maria João, *Consequências Jurídicas do Crime*, 2.ª Ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2015;
- ANTUNES, Maria João, “Direito penal, direito processual penal e direito da execução das sanções privativas da liberdade e jurisprudência constitucional”, *Julgar* 21, 2013, pp. 89-117;
- ANTUNES, Maria João/ PINTO, Inês Horta, *Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade Anotado - Legislação complementar*, Coimbra: Almedina, 2020;
- BAPTISTA, João Pedro, “Conhecimento superveniente do concurso de crimes e o cúmulo jurídico de pena — algumas questões em aberto”, *Julgar* 33, 2017, pp. 199-233;
- BOAVIDA, Joaquim, *A Flexibilização da Prisão - Da Reclusão à Liberdade*, Coimbra: Almedina, 2018;
- BOAVIDA, Joaquim, “Alguns nós górdios da jurisdição de execução das penas”, *Julgar* 33, 2017, pp. 235-261;
- BRANDÃO, Nuno, “Conhecimento superveniente do concurso e revogação de penas de substituição. Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 3 de Julho de 2003”, *RPCC*, 2005, pp. 117-153;
- BRANDÃO, Nuno, “Liberdade Condicional e Prisão (Subsidiária) de Curta Duração. Anotação ao Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 30-10-2007”, *RPCC*, 2007, pp. 673-701;
- BRITO, José de Sousa e, A medida da pena no novo Código Penal”, AA.VV., in: *Textos de apoio de Direito Penal*, II, Lisboa: AAFDL, 1999, pp. 329-362;
- BRITO, José de Sousa e, “Os fins das penas no Código Penal, Problemas Fundamentais de Direito Penal”, *Homenagem a Claus Roxin*, Lisboa, 2002, p. 155 e ss.;
- CAIADO, Nuno/LOPES, Teresa “Inovar a execução de penas: a associação da vigilância eletrónica a novas formas de prisão domiciliária e de execução da liberdade condicional”, *RPCC*, 2010, pp. 595-620.
- CORDEIRO, Robalo, “Medida da pena no Código Penal de 1982”, in: *Textos de apoio de Direito Penal*, I, Lisboa: AAFDL, 1983/84, pp. 385-399;
- COSTA, Artur Rodrigues da, “O cúmulo jurídico na doutrina e na jurisprudência do STJ”, *Julgar*, 2013, pp. 171-201;
- CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da Cunha, *As Reações Criminais no Direito Português*, Porto: UCP, 2022;
- DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Penal Português – As consequências jurídicas do crime*, 2.ª reimpr., Coimbra: Coimbra Editora, 2009;
- ESCUDEIRO, Maria João Simões, “Execução de penas e medidas privativas da liberdade - análise evolutiva e comparativa”, *ROA*, 2011, Lisboa, pp. 567-623;
- FREITAS, Pedro Miguel, *Determinação da medida da pena privativa de liberdade: um olhar crítico a partir do direito anglo-saxónico*, Dissertação de Doutoramento Inédita, Universidade do Minho, 2016;
- LEITE, André Lamas, A reincidência: reflexões em torno da noção de circunstância modificativa e propostas “de iure condendo”, in: AAVV, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Américo Taipa de Carvalho*, Porto: UCP, 2022, pp. 299-328;
- LEITE, André Lamas, “As penas de substituição e figuras afins: traços distintivos”, *RPCC*, 2021, pp. 319-362;
- LEITE, André Lamas, “Especificidades do juízo que preside às sanções substitutivas e o substrato da atenuação especial da pena”, in: AAVV, *Homenagem ao Professor Doutor Germano Marques da Silva*, Vol. I, Lisboa: UCP, pp. 167-218.
- LEITE, Inês Ferreira, *Medida da Pena e Direito de Execução da Pena – Guião*, Lisboa: AAFDL, 2021;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- MARTINS, A. Lourenço, *Medida da Pena - Finalidades e Escolha*, Coimbra: Coimbra Editora / Wolters Kluwer, 2011;
- MONTEIRO, Cristina Líbano. "A pena 'unitária' do concurso de crimes (Anotação a um Acórdão do STJ)". *RPCC*, 2006, pp. 151-166;
- MOTA, Carmona da, *Intervenção no Colóquio Direito Penal e Processo Penal, A coerência na aplicação das penas: a jurisprudência dos supremos tribunais no estabelecimento de critérios de sentencing*, STJ, 2009, https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2009/06/dtopenalprocesso_carmonamota.pdf (acesso em 26.09.2022).
- MOURA, José Souto, "A jurisprudência do S.T.J. sobre fundamentação e critérios da escolha e medida da pena", *Revista do CEJ*, 2010, pp. 93-113;
- NEVES, Ana Fernanda, "Os direitos do recluso à luz do Direito Internacional e do Direito Europeu", in: Carla Amado Gomes / Ana Fernanda Neves (coord.), *Direitos do Homem e sistema penitenciário: Atas da Conferência*, Lisboa: AAFDL 2019, pp. 23-53;
- PALMA, Maria Fernanda, *Direito Constitucional Penal*, Almedina, Coimbra, 2011;
- RAMOS, João Palma, "Reincidência: pressupostos na lei portuguesa", *RMP*, 2015, pp. 9-25;
- PINTO, Inês Horta, *Repartição de Funções entre Administração e Juiz e Tutela Jurisdicional Efectiva na Execução da Pena - Contributo para um Modelo Conforme à Constituição e ao Direito Internacional*, Coimbra, Almedina, 2022;
- PINTO, Inês Horta, "A jurisprudência do Tribunal Constitucional em matéria de execução da pena de prisão e a sua influência na tutela dos direitos das pessoas privadas da liberdade", in: AAVV., *Estudos em Homenagem ao Conselheiro Presidente Joaquim de Sousa Ribeiro*, Vol. I, Coimbra, Almedina, 2019, p. 83-120;
- PINTO, Inês Horta, "O código de execução das penas e medidas privativas de liberdade, de 2009: novos atores e novos papéis para os velhos autores" na execução da pena de prisão", in: Maria João Antunes/Cláudia Santos/Cláudio do Prado Amaral (coord.), *Os novos atores da justiça penal*, Coimbra: Almedina, 2016, pp. 577-599;
- PINTO, Inês Horta, "Tutela judicial na execução da pena privativa da liberdade: impugnabilidade pelo recurso da aplicação do regime de segurança, Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional nº20/2012", *RPCC*, 2012, pp. 321-356;
- RODRIGUES, Anabela Miranda, "A tutela dos direitos dos reclusos: um caminho a ser caminhado", in: Carla Amado Gomes / Ana Fernanda Neves (coord.), *Direitos do Homem e sistema penitenciário: Atas da Conferência*, Lisboa, AAFDL 2019, pp. 103-124;
- RODRIGUES, Anabela Miranda, "Da afirmação de direitos à protecção de direitos dos reclusos: a jurisdicionalização da execução da pena de prisão", *Direito e Justiça*, n.º especial, 2004, pp. 185-195;
- RODRIGUES, Anabela Miranda, *A Determinação da medida da pena privativa de liberdade: os critérios da culpa e da prevenção*, Coimbra Editora, 1995;
- RODRIGUES, Anabela Miranda, "A determinação da medida concreta da pena privativa de liberdade e a escolha da pena", *RPCC*, 1994, pp. 243 a 258;
- RODRIGUES, Anabela Miranda, *A posição jurídica do recluso na execução da pena privativa da liberdade – Seu fundamento e âmbito*, Coimbra, 1982;
- SILVA, Germano Marques da, *Direito Penal Português, Parte geral*, III – Teoria das penas e das medidas de segurança, 2.^a ed, Lisboa: Verbo, 2008;
- SIMAS SANTOS, Manuel, "Pena, juiz, legislador e jurisprudência – alguns problemas", *RMP*, 2021, pp. 69-112.
- SIMAS SANTOS, Manuel/ FREITAS, Pedro Miguel, *A coerência na aplicação das penas*, [S.L]: Rei dos Livros, 2018
- SIMAS SANTOS, Manuel/ FREITAS, Pedro Miguel, "Dosimetria da pena: fundamentos, critérios e limites", *Cadernos do CEJ* 2018, pp. 69-105.
- SUSANO, Helena, *Reincidência penal: da teoria à prática judicial*, Coimbra: Almedina, 2012.